

MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL: ASPECTOS RELACIONADOS À IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO

WOMEN IN THE SITUATION OF CONJUGAL VIOLENCE: ASPECTS RELATED TO THE IMPORTANCE OF PSYCHOLOGICAL RECEPTION

Bruna Adames¹

Simoni Urnau Bonfiglio²

RESUMO: A violência contra as mulheres manifesta-se cotidianamente na dinâmica conjugal entre os sujeitos envolvidos, panorama que se faz presente nos Serviços Especializados às Mulheres que sofreram algum tipo de abuso (físico e/ou psicológico). Esta pesquisa buscou identificar a relevância do acolhimento psicológico nesses serviços, bem como analisar o perfil prevalente das mulheres assistidas. O estudo teve como base a abordagem qualitativa e delineamento exploratório, descritivo e transversal. Participaram 14 mulheres encaminhadas ao serviço, após o registro do Boletim de Ocorrência em uma delegacia no Sul do Brasil. A coleta de dados foi realizada pela técnica de entrevista semiestruturada, cujos dados foram analisados por meio do conteúdo temático categorial. Os resultados demonstram que mediante acolhimento psicológico, as mulheres mencionam maior alívio, suporte emocional e reflexões positivas acerca de sua autoimagem. Considera-se que os dados obtidos corroboram e qualificam intervenções neste âmbito.

Palavras-chave: Acolhimento Psicológico. Mulheres. Violência Conjugal.

ABSTRACT: *Violence against women manifests itself daily in the conjugal dynamics between the involved subjects, a panorama that is present in the Specialized Services to Women who have suffered some type of abuse (physical and / or psychological). This research sought to identify the relevance of the psychological reception in these services, as well as to analyze the prevalent profile of the assisted women. The study was based on the qualitative approach and exploratory, descriptive and transversal design. A total of 14 women were referred to the service, after registering the Occurrence Bulletin in a police station in southern Brazil. The data collection was performed by the semistructured interview technique, whose data were analyzed through the thematic category content. The results Demonstrate that through psychological reception, women mention greater relief, emotional support and positive*

¹ Acadêmica do Centro Universitário de Brusque. E-mail: brunaadames@hotmail.com

² Professora do Centro Universitário de Brusque. E-mail: simonibon7@gmail.com

reflections about their self-image. It is considered that the data obtained corroborate and qualify interventions in this scope.

Keywords: *Psychological Reception; Women; Conjugal violence.*

1 INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é um dos fenômenos de grande impacto no âmbito da saúde pública em geral e da psicoterapia familiar (FALCKE, 2009). Isto, porque, além dos danos físicos e psicológicos que ocasiona em ambas as partes envolvidas, faz-se necessário recorrer a subsídios psicológicos e de ações articuladas para a promoção e prevenção da saúde.

As políticas públicas de prevenção direcionadas às mulheres inseridas em um contexto onde se perpetua a violência podem ser exercidas por meio do processo de acolhimento psicológico, o qual permite incluir a avaliação do risco de fatores ligados ao ato violento, o debate sobre como prevenir a violência e promover relações conjugais saudáveis. A intervenção de acolhimento tem como finalidade proporcionar outro olhar da mulher sobre si mesma, não apenas em função do ato de violência, como todavia às diferentes posições e contextos em que ela ocupa (RIFIOTIS, 2004).

Salienta-se que em tais Delegacias Especializadas, até o momento perdura-se o termo vítima e agressor. Para tanto, adotam-se essas terminologias nesse estudo em decorrência dos dispositivos legais e suporte psicossocial de proteção aos direitos das mulheres. Esclarece-se, portanto, que a nomenclatura mencionada não se refere a julgamentos que suscitem culpa ou inocência deste processo interacional. Pensar sobre as causas decorrentes da violência conjugal, não é tão simples, por integrar uma realidade complexa. A violência contra as mulheres pode vir a ser uma forma de expressão das relações sociais estabelecidas em torno da questão de gênero, quanto às relações hierárquicas desiguais que estabelecem dominação e subalternidade (GHISI, 2013).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Pensar sobre a mulher em situação de violência, é o mesmo que estar mencionando um processo interacional, o qual não pode ser compreendido como uma produção individual, se não como uma trama de relações que envolvem todas as partes envolvidas. Nesse sentido, a fronteira entre a figura de agressor e de agredido, vítima ou cúmplice, é de complexa demarcação quando se concebem as situações de violências contempladas em um processo de construção relacional (SANTOS; MORÉ, 2011).

Antes da década de 1980, a violência conjugal era considerada um problema privado entre os cônjuges, sendo caracterizada por agressões físicas e psicológicas que aconteciam prioritariamente em suas residências. Contudo, atualmente a violência conjugal passou a ser vista como uma questão de saúde pública, embasada em construções histórico-culturais envolvendo a relação de gênero (OLIVEIRA; SOUZA, 2006).

Conforme Labronici et al. (2010), ao menos uma vez na vida, uma em cada quatro mulheres já foi violentada, geralmente por seu parceiro. Cerca de uma em cada três mulheres foi espancada ou sofreu algum tipo de abuso durante a sua vida; e, ainda, 40% a 70% dos homicídios femininos são cometidos pelo parceiro (cônjuge). Os números alarmantes de mulheres envolvidas em situação de violência reforçam a necessidade de compreensão do fenômeno para além do ambiente no qual ocorreu tal fato. Apesar desses índices já serem preocupantes, eles não abrangem a totalidade dos casos, pois muitos episódios de violência não são identificados ou denunciados, por motivos multifatoriais (p. ex. questões socioeconômicas, sentimentos de medo ou culpa, ameaça, dependência com relação ao agressor, entre outros) (FALCKE, 2009).

De acordo com o autor supracitado, a violência física ou psicológica contra as mulheres é praticada pelo próprio companheiro ou ademais, por algum membro familiar (pai ou irmão). A violência realizada pelo cônjuge por sua vez, é a que prevalece (BALDUÍNO; ZANDONADI; OLIVEIRA, 2017). Logo, observa-se, que ocorre um poder dos homens sobre as mulheres, o qual se encontra na base da violência que é exercida contra as mesmas, como um meio de dominá-las e mantê-las sob controle, especialmente se esta for sua parceira conjugal e/ou pessoa de frequente convívio (DAY et al., 2003).

Pensar sobre as causas decorrentes da violência conjugal, não é tão simples, por integrar uma realidade complexa. A violência contra as mulheres pode vir a ser uma forma de expressão das relações sociais estabelecidas em torno da questão de gênero, quanto às relações hierárquicas desiguais que estabelecem dominação e subalternidade (GHISI, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa seguiu os pressupostos da abordagem qualitativa, pois buscou apreender os significados, motivos, aspirações, crenças e atitudes dos sujeitos dentro do seu contexto (MINAYO, 1998). Portanto, caracterizou-se como exploratória-descritiva, por investigar um campo de conhecimento pouco explorado em estudos nacionais e visou descrever e caracterizar aspectos relatados durante os acolhimentos psicológicos das mulheres que denunciaram a violência da qual vivenciaram. Participaram do estudo quatorze mulheres,

encaminhadas ao acolhimento psicológico após registrarem o boletim de ocorrência em uma Delegacia Especializada no Sul do Brasil. Como critérios de inclusão preconizou-se mulheres maiores de 18 anos, cuja demanda de registro referiam-se à violência perpetrada pelo atual parceiro ou ex-cônjuge.

Como técnica de coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada, que conforme Biasoli-Alves (1998) permite o livre discurso dentro de temas sugeridos entre o entrevistado e o entrevistador, cuja dinâmica se estabelece naturalmente. Para tanto, foi elaborado um roteiro com eixos norteadores que contemplaram os quesitos de identificação da participante (idade, nível de escolaridade, profissão, remuneração, estado civil), perfil da vítima e acolhimento psicológico recebido.

Para sistematização e interpretação dos dados obtidos, utilizou-se a técnica categorial temática proposta por Bardin (2010), a qual é organizada em três etapas: a primeira denominada de pré-análise, em que o pesquisador faz leituras sucessivas do material; a segunda refere-se à exploração do material no sentido de codificar e criar categorias a partir dos dados; e, por fim, realiza-se o tratamento dos resultados e interpretação, em que o pesquisador pode interpretar e inferir sobre os dados, considerando os conteúdos manifestos e latentes dos participantes. Por conseguinte, foram elaboradas três grandes categorias de análise: 1. Dados de identificação; 2. Perfil da Vítima e 3. Acolhimento Psicológico.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

,

4.1 *Categoria 1 - Dados de identificação*

Essa categoria engloba os dados pessoais da participante (p.ex. idade, estado civil, escolaridade, profissão, remuneração, religião, dentre outros).

Quadro I: Dados Sociodemográficos das participantes do estudo.

Identificação das participantes	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Ocupação	Renda
Participante (P1)	19 anos	Solteira	Ensino Médio	Do Lar	Não Declarada
Participante (P2)	21 anos	Casada	Ensino Fundamental	Do Lar	Não Declarada
Participante (P3)	23 anos	Casada	Ensino Médio	Caixa de Supermercado	R\$1000,00
Participante (P4)	24 anos	Solteira	Ensino Superior	Técnica de Informática	R\$1700,00
Participante (P5)	28 anos	União Estável	Ensino Fundamental Incompleto	Auxiliar de Cozinha	R\$1000,00
Participante (P6)	30 anos	Solteira	Ensino Superior	Pedagoga	R\$2500,00
Participante (P7)	32 anos	Casada	Ensino Fundamental Incompleto	Talhadeira	R\$ 1200,00
Participante (P8)	33 anos	União Estável	Ensino Médio Incompleto	Secretária	R\$1200,00
Participante (P9)	36 anos	Casada	Ensino Fundamental	Auxiliar de Limpeza	R\$ 1000,00
Participante (P10)	40 anos	Divorciada	Ensino Fundamental	Costureira	R\$ 1500,00
Participante (P11)	45 anos	Solteira	Ensino Fundamental Incompleto	Costureira	R\$1800,00
Participante (P12)	52 anos	Casada	Ensino Fundamental	Auxiliar de Limpeza	R\$ 1250,00
Participante (P13)	55 anos	Casada	Ensino Fundamental	Auxiliar de Cozinha	R\$ 1500,00
Participante (P14)	64 anos	Casada	Ensino Fundamental Incompleto	Aposentada	R\$937,00

Os dados apresentados no Quadro I apontam que a média de idade das quatorze mulheres que registraram o Boletim de Ocorrência e retornaram à Delegacia para participar do acolhimento psicológico, é de aproximadamente 29 anos, variando entre 19 e 64 anos. De acordo com Garcia (2010, p.15) “[..] as mulheres mais jovens são mais propensas a abandonar estes relacionamentos mais cedo e consequente a isso, realizar a denúncia”.

Evidencia-se que muitas destas mulheres já não aceitam mais a violência e em decorrência disto rompem seus laços afetivos conjugais. Contudo, nove a cada quatorze mulheres sofrem violência conjugal há um tempo considerável e ainda assim, não conseguem se desvincular do relacionamento. Tais dados corroboram com os estudos de Balduino, Zandonai e Oliveira (2017), os quais citam a dependência emocional e financeira, valorização da família, preocupação com os filhos, idealização do amor e do casamento, desamparo diante da necessidade de enfrentar a vida sozinha e ausência de apoio social, como alguns fatores que propiciam a permanência de mulheres em relações conjugais, cuja violência física e/o psicológica se faz presente.

Observa-se portanto, que dez de quatorze mulheres não possuem o Ensino Médio Completo. A isso, a atual pesquisa corresponde aos estudos realizados por Menezes, Amorim, Santos e Faúndes (2003), no qual afirmam que geralmente os indivíduos com baixa escolaridade podem exibir dificuldades na resolução de conflitos cotidianos em suas relações conjugais. Nesse sentido, pode-se pensar que a escolaridade constitua-se uma variável que incite maiores esclarecimentos e atue enquanto um fator de proteção, eximindo a pessoa de uma condição mais vulnerável.

4.2 Categoria 2 - Perfil da Vítima

Nessa categoria foi possível constatar alguns dos significados atribuídos ao relacionamento com o ex-cônjuge ou atual parceiro, como sendo agressivo e conturbado, para oito participantes; enquanto que outras seis mulheres o caracterizaram como ameaçador e difícil. A seguir alguns relatos que correspondem aos dados levantados:

“(relacionamento) conturbado, ele está sempre alterado, tenho medo” (P1 – 19 anos).

“Conturbado e difícil, estou cansada dessa relação” (P9 – 36 anos).

“O relacionamento é de uma agressividade tamanha...é muito difícil” (P11 – 45 anos).

Segundo Cesca (2004), a violência conjugal é um campo mutável em que se mesclam realidade e fantasia, cena que causa horror e curiosidade. Perante diversos fatores, pessoais,

familiares e sociais que compõem o fenômeno, torna-se muito complexa a tarefa das mulheres ao lidar com esta problemática.

Ao referirem-se sobre quem é o agressor, cinco das entrevistadas relatam ser ou terem sido seus ex-cônjuges e nove o cônjuge atual. Assim como ressalta Garcia (2010) lastimavelmente a violência é, geralmente, perpetrada pelo parceiro íntimo ou ex-parceiro íntimo, sendo que a primeira opção prevalece, conforme coadunam-se alguns relatos:

“É meu ex-marido, a gente sempre teve idas e vindas, pensei que ele fosse mudar” (P3 – 23 anos).

“É meu parceiro, por incrível que seja ele me bate, me xinga, me ameaça” (P9 – 36 anos).

Quando questionadas a respeito da procura pelo auxílio da justiça nos momentos de perpetração da violência ocorrida, nove das mulheres não denunciaram tal situação. Os motivos envolvidos que fizeram absterem-se da denúncia são: medo com relação ao futuro dos filhos ou da família; medo do agressor e amor pelo (ex)cônjuge ou esperança que este altere suas atitudes e comportamentos.

“Acredito que ele possa vir a mudar, e então, o perdoo. É um erro, termino e volto a relação a todo momento!” (P04 – 24 anos).

“Não sei o que vai acontecer daqui pra frente, eu tinha e tenho medo pelos meus filhos” (P7 – 32 anos).

“Quem sabe ele mude, resta uma esperança” (P3 – 23 anos).

De acordo com Madeira e Costa (2012), um dos principais motivos citados pelas vítimas como justificativa a respeito da continuidade no relacionamento é o desejo de manter a união familiar na companhia dos filhos, ou em função deles. Com base nos relacionamentos conjugais passados, dez das entrevistadas já tiveram outros parceiros sendo que, seis destes foram relações abusivas (presença de violência física e/ou psicológica); verifica-se portanto, uma perpetuação do modelo conjugal, na qual a violência se faz presente.

Outro fator relevante é a repetição de modelo parental presente na vida dessas mulheres. Pois, onze participantes mencionam que o relacionamento com seus pais foram considerados como ruins, sendo que além destes, outras oito ressaltam ter ou terem tido pais usuários de drogas, assim como possuíam relacionamentos extraconjugais e apresentavam comportamento violentos.

“Meu pai era um bêbado, tinha amantes e sempre bateu em mim e na minha mãe” (P3 – 23 anos).

“[...] frequentemente meu pai agredia fisicamente minha mãe, e ainda, fazia o uso de bebida alcoólica, todas as situações na minha frente e de meus irmãos, isso quando não me batia também” (P10 – 40 anos).

Ponte (2013) corrobora ao explicitar que não é incomum mulheres que presenciaram violência em sua residência, como por exemplo, pais alcoolistas e violentos, repita essa vivência com seu companheiro violento. Maus tratos, negligência, rejeição e abuso sexual, são fatores considerados de risco para tal perpetuação. Quanto ao desejo de representar criminalmente, isto é, dar continuidade por meio do inquérito policial, destaca-se que das quatorze mulheres atendidas, nove escolheram não representar o agressor, o que é um dado eminente frente às denúncias e desistências no processo.

Com base nos relatos, é possível observar a relação entre vítima e delegacia, na qual destaca-se que a instituição policial participa indiretamente da negociação dos acordos conjugais que ocorrem no ambiente familiar (domicílio), e que para a maioria das mulheres vítimas de violência, a denúncia apresenta-se como modo de dar um “susto” no agressor frente ao ato violento.

“Não quero continuar com o processo... só quero que ele mude seus comportamentos, me vejo como permitindo tudo isto” (P9 – 36 ano).

“Queria que ele mudasse... talvez se vocês (à polícia) falassem com ele e dessem um susto...até porque eu agrido ele também” (P5 – 28 anos).

As razões que levam as mulheres a denunciar são variadas. Onze das participantes reconhecem sua participação neste ciclo, ou ainda, a perpetuação para com este, e classificam-se como permissivas, como demonstra o relato da P8 ao mencionar: “sinto que poderia fazer algo para alterar essa situação, mas não faço” (*sic*). Elucida-se, portanto, a problematização acerca da vitimização no que diz respeito às mulheres envolvidas em situação de violência conjugal, explicitando que ela é coparticipante no relacionamento e atue somente enquanto vítima.

4.3 Categoria 3 - Acolhimento Psicológico

Essa categoria refere-se à importância do acolhimento psicológico às mulheres em situação de violência conjugal, bem como os dados levantados por meio da entrevista. Quando questionadas se restaram dúvidas com relação aos aspectos legais, dez das participantes responderam que não, e quatro apresentaram dúvidas referentes a representação criminal e seus

derivados procedimentos (p.ex. Lei nº 11.340/06, Medida Protetiva, rede de apoio, dentre outros).

Ao finalizar o acolhimento, onze participantes relatam estarem sentindo-se bem melhor, e três mencionaram estar sentindo-se orientadas e tranquilizadas.

“Estou me sentindo muito melhor após o atendimento, com certeza vou procurar ajuda (direitos legais)” (P12 – 52 anos).

“Estou me sentindo aliviada, saiu um peso de cima de mim por poder ter desabafado com alguém, que me ouvisse sem me julgar” (P4 – 24 anos).

“Tinha vergonha de expor minha situação, e hoje saiu daqui aliviada depois de um grande desabafo” (P2 – 21 anos).

O acolhimento dos relatos advindos de denúncias de mulheres em situação de violência conjugal, oportuniza consequências positivas tanto no campo da saúde, quanto no campo legal com vista à garantia dos direitos humanos e o respeito pelos valores subjetivos da pessoa (NARVAZ; KOLLER, 2006). Nesse âmbito, o acolhimento psicológico e seus derivados métodos de aplicação, pode ser descrito como um instrumento facilitador no resgate de uma visão do indivíduo em sua totalidade (PORTO, 2004).

De acordo com Porto (2004) o processo de acolhimento inclui a avaliação do risco de fatores ligados ao problema, (p.ex. violência que permeia as relações conjugais), o debate sobre como prevenir e consolidar relacionamentos mais saudáveis. Rifiotis (2004) afirma que muitas das mulheres vítimas de violência expressam surpresa com as possibilidades que vão surgindo no atendimento, tais como, a orientação jurídica, onde passam a conhecer seus direitos, que na maioria das vezes eram desconhecidos, como se observa nas falas de P12 e P02 *“Estou me sentindo muito melhor após o atendimento, com certeza vou procurar ajuda (direitos legais)” (sic); “Antes não sabia de que forma a justiça podia me ajudar” (sic).*

Conforme as entrevistadas, as mesmas apontam que o acolhimento psicológico é um auxílio no que se refere ao fenômeno em questão, denota-se a importância de uma postura ética e profissional durante sua intervenção. Day (2003) ressalta precisamente, que o estudo da violência conjugal exige uma atitude de muita tolerância e sensibilidade. Isso pode ser observado nos relatos das participantes.

“Antes do atendimento não sabia o que era medida protetiva ou como acontecia” (P12 – 52 anos).

“Estou me sentindo muito melhor após o atendimento. Com certeza vou procurar ajuda” (P4 – 24 anos).

De acordo com o que foi expressado acima, foi possível observar a importância do atendimento psicológico destinado a este público alvo. Conforme Mayorca, Borges e Barcellos (2014) a partir do acolhimento é possível que o sujeito encontre os elementos que ficaram perdidos e que, recombina, são estratégicos no desenvolvimento das capacidades pessoais de resiliência e simbolização, assim como na elaboração criativa de um novo futuro. E, assim sendo, é imperioso mencionar a necessidade de capacitação dos profissionais que atuam no atendimento às vítimas, por meio de programas de educação, para que percebam, reconheçam e compreendam como intervir frente a essa delicada situação (MENEZES et al., 2003).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo identificar a relevância do acolhimento psicológico oferecido em um Serviço Especializado às mulheres vítimas de violência conjugal, e conjuntamente analisar o perfil prevalente das participantes. Referente a isso, salientam-se alguns aspectos proeminentes a) baixa escolaridade; b) influência do histórico familiar e repetição de modelo parental agressivo e violento; c) esperança pela mudança de comportamento por parte do (ex)cônjuge; e) não procurar auxílio da justiça por relatarem medo de que venha acontecer com filhos e/ou família e a afetividade pelo parceiro.

Em vista de tal cenário, foi possível constatar que, diversas das mulheres vítimas de ameaça/agressão ao registrarem o boletim de ocorrência, não desejam apenas punir seu agressor, mas todavia resgatar a relação familiar e conviver sem violência, com respeito e harmonia. Nesse sentido, o pedido de auxílio por parte destas mulheres, estão relacionados ao enfoque de queixa enquanto sua realidade, bem como o desejo parcial de saída desta.

Ressalta-se que este estudo referiu-se a mulheres que residem em uma região Sul do Brasil, subseqüentemente os dados eminentes alude ao contexto sociocultural correspondente a referida região. Isto porque, tal estudo realizado na região Norte do Brasil, por exemplo, poderia vir a explicitar resultados distintos ou incomuns, justamente em função da realidade sociocultural que pode se apresentar adversa.

Com relação às limitações metodológicas do presente estudo, pode-se mencionar a dificuldade em acessar as mulheres encaminhadas após registrarem o boletim de ocorrência, em função das mesmas não retornarem ao local de registro. Verificou-se a importância do acolhimento psicológico destinado ao público em questão, para tanto, observa-se que em detrimento a uma situação ou experiência exposta durante o acolhimento, cabe ao profissional trabalhar de forma pontual a problemática levada pela mulher vítima de violência, tendo em vista que tal procedimento deverá considerar o fenômeno de forma integral e sistêmica.

No que se refere à realidade da temática presente, o acolhimento psicológico proporciona ao acolhido(a) um outro olhar de si mesmo(a) quanto à situação na qual vivencia, ou seja, não focaliza-se somente o ato de violência, mas sim as repercussões deste na vida integrada do sujeito, em seus diferentes aspectos, como o histórico familiar, cultura, crenças, valores, escolaridade, entre outros.

Recomenda-se, portanto, que esses espaços especializados no atendimento a mulheres em situação de violência (p.ex. Delegacia de Proteção à Mulher) tenham equipes qualificadas e providas de ambiente apropriado para favorecer a escuta da queixa e prestando neste sentido, as medidas cabíveis a fim de oferecer subsídios às vítimas para o enfrentamento e/ou reflexão de suas respectivas demandas.

Por fim, pode-se refletir acerca do importante papel que a Psicologia possui frente à esta temática bastante emergente no cenário contemporâneo, no qual a violência permeia lares, reproduzindo-se como um ciclo hostil de atos violentos e fatores de risco para o desenvolvimento humano e a vida familiar. Considera-se, outrossim, que a escuta qualificada e os encaminhamentos cabíveis exercidos pelos profissionais da Psicologia e demais integrantes envolvidos no processo, constituam-se fatores de proteção aos direitos da mulher e medidas de prevenção à violência conjugal.

REFERÊNCIAS

- BALDUINO, R. C. P.; ZANDONADI, A. C.; OLIVEIRA, E. S. de. **Violência doméstica: fatores implícitos na permanência em situação de sofrimento**. 2017. 16 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Faculdade de Rolin de Moura, Rolin de Moura, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. (70. ed., Tradução: Reto, L. A.). Lisboa: Portugal, 2010.
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M. A pesquisa em psicologia – Análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico. *In*: ROMANELLI, G.; BIASOLI-ALVES, Z. M. (Orgs). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.
- CESCA, T. B. O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações. **Universidade Luterana do Brasil**, 2004.
- DAY, V. P. et al. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. 2. ed. Porto Alegre: **SciELO**, 2003. 13 p. (25). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1>>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- FALCKE, D. et al. Violência conjugal: um fenômeno interacional: Conjugal violence: an interactional phenomenon. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p.10-23, 12 dez. 2009.

Semanal. Nada. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822009000200002>.

Acesso em: 18 jun. 2017.

GARCIA, M. H. **Serviço Social e Violência Doméstica: entre o olhar e o fazer interdisciplinar.** Salvador – BA: Clube de Autores, 2010.

GHISI, A. S. S. **As Atribuições das Delegacias da Mulher de Santa Catarina no Contexto das Relações de Gênero e da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí/SC, 2003.

LABRONICI, L. M. et al. Perfil da violência contra mulheres atendidas na Pousada de Maria. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, São Paulo, v. 44, n. 1, p.126-133, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v44n1/en_a18v44n1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MADEIRA, M. Z. de A.; COSTA, R. G. da. Desigualdades de gênero, poder e violência: uma análise da violência contra a mulher. **Revista o Público e o Privado.** 19, 79-99, 2012.

Disponível em: <<http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=342>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

MAYORCA, D. S.; BORGES, L. M.; BARCELLOS, A. R. **Enfrentando a violência conjugal através da clínica psicodinâmica e a lei maria da penha.** 2016. Disponível em: <<http://integracion-academica.org/14-volumen-2-numero-5-2014/62-enfrentando-a-violencia-conjugal-atraves-da-clinica-psicodinamica-e-a-lei-maria-da-penha>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MENEZES, T. C et al. Violência física doméstica e gestação: Resultados de um inquérito no puerpério. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p.309-316, 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/1Lsesby>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde-manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p.513-531, nov. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3/v4n3a06.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p.7-13, Não é um mês valido! 2006.

Trimestral. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1405/1105>>.

Acesso em: 17 jun. 2017.

OLIVEIRA, D. C. de; SOUZA, Lídio de. Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p.34-50, dez. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812006000200004>. Acesso em: 11 jun. 2017.

PONTE, C. R. S. da. Reflexões sobre a angústia em Rollo May. **Revista do Nufen**, São Paulo, v. 5, n. 1, p.57-63, jul. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2175-25912013000100007&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em 18 jul. 2017.

PORTO, J. R. R. **Violência contra a mulher: expectativas de um acolhimento humanizado**. 2004. 165 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4784/000415296.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

RIFIOTIS, T. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a «judicialização» dos conflitos conjugais. **Soc. estado.**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 85-119, June 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922004000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SANTOS, A. C. W. dos; MOREÍ, C. L. O. O. Repercussão da violência na mulher e suas formas de enfrentamento. **Paidéia**, Florianópolis, v. 21, n. 49, p.227-235, maio 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v21n49/10.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2017.